

Relatório Final

Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação

Identificação do processo: 2017/300.10.005/239

Objeto da contratação: Aquisição de serviços para elaboração do estudo prévio e projeto de execução para requalificação da Escola Básica n.º2

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação – Código da Contratação Pública (CCP), no dia 11 de maio de 2017, reuniu o júri do processo de contratação para "Aquisição de serviços para elaboração do estudo prévio e projeto de execução para requalificação da Escola Básica n.º2" a fim de proceder à elaboração do relatório final. -----

1. Audiência Prévia

Para efeitos de audiência prévia em reunião de 11 de abril de 2017 o júri procedeu à elaboração do respetivo relatório preliminar, onde registou os resultados da análise e avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes e nos termos do art.º 123.º o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, não tendo neste período existido qualquer pronuncia.-----

2. Proposta de Adjudicação

Nesta fase o júri procedeu novamente à análise de propostas modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, propondo a exclusão da proposta do concorrente Pina & Nunes – Arquitetos, Lda, pois a mesma é assinada pela gerência da empresa M5 – Consultores de Engenharia, Lda., entidade que não foi convidada a apresentar proposta.-----
Considerando que a proposta do concorrente Beabstract, Lda. se fez acompanhar de todos os elementos instrutórios enunciados no ponto XII do Convite, bem como corresponde ao solicitado no caderno de encargos e atendendo a que foi apresentada em conformidade com as disposições da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto – Regula a Disponibilização e a Utilização das Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública, propõe o júri que seja adjudicada esta proposta a qual importa em € 21.779,20 (vinte e um mil, setecentos e setenta e nove euros e vinte cêntimos).-----



3. Audiência Prévia

Considerando que da análise agora efetuada resulta uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, nos termos do n.º 2 do art.º 124.º do CCP, deverá proceder-se à notificação dos concorrentes, conferindo-lhes o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia,-----

Sines, 11 de maio de 2017

O Júri do Procedimento

Presidente



Pedro Martins, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território

Primeiro Vogal Efetivo



Graça Faísca, Arquiteta

Segundo Vogal Efetivo



Helena Leal, Jurista